
EDITORIAL

Os resultados obtidos pelo *Grupo de Trabalho Interministerial* diante do surto de beribéri no Maranhão, apresentados no Congresso da SBAN pelo Dr. Pedro Israel de Lira (Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco), mostram em que situações extremas vivemos e como há competência no país para se resolver questões de saúde.

Os casos de beribéri, diagnosticados em 2006, no sudoeste do estado, após um trabalho conjunto do governo e da academia, impressionam e nos fazem pensar como formar profissionais para enfrentar casos como esse. De um lado, para competir em um mundo tão globalizado os (ainda poucos) jovens brasileiros universitários buscam a especialização, a sofisticação diagnóstica, a pesquisa de ponta. Por outro lado, salientamos a importância de capacitar jovens profissionais da área de Nutrição para o diagnóstico e o combate a deficiências como o beribéri, incorporando esses conhecimentos de ponta.

A doença acometeu homens trabalhadores com gasto energético maior do que outros grupos populacionais, e, portanto, com maiores necessidades de consumo energético e de micronutrientes. A baixa ingestão de vitamina B1 desse grupo, e da população dessa região, relacionou-se com a monotonia da dieta, com o alto consumo de arroz (polido) e o baixo consumo de frutas e verduras. Segundo a POF 2002-03 a aquisição domiciliar anual per capita de arroz no Maranhão foi de 76kg, muito maior do que as médias de cerca de 31 a 32kg das regiões Nordeste do Brasil. Os municípios com casos suspeitos de beribéri foram responsáveis, nesse período, por 31% do arroz produzido no estado e por 21% do valor desta produção (R\$ 90,6 milhões). Esses municípios possuíam, no mesmo período, um PIB per capita médio um pouco maior do que o da média dos municípios maranhenses de R\$ 2.733. Ou seja, um PIB maior não melhorou a qualidade da dieta dessa população; há também outras questões envolvidas.

Emergencialmente foram distribuídos comprimidos de 300mg de cloridrato de tiamina (300mg), para serem tomados diariamente durante seis meses. Por outro lado foram adotadas medidas de longo prazo: educação nutricional e ações voltadas à vigilância alimentar e nutricional

De grande importância também serão os resultados da Pesquisa Nacional do Consumo Alimentar e Perfil Nutricional de Escolares coordenada por Andréa Galante (presidente da ASBRAN e doutora pelo PRONUT/USP).

O objetivo dessa pesquisa, já concluída e cujos resultados serão disponibilizados pelo Governo Federal, foi avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o maior e mais antigo programa de alimentação e nutrição do Brasil, bem como o consumo alimentar e perfil nutricional de 37 milhões de escolares beneficiados por ele.

A execução da pesquisa foi da Associação Brasileira de Nutrição e os co-executores foram a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal do Paraná, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e a União Social Camiliana. Ao todo, foram visitados 699 municípios, 1.116 escolas, 22.107 escolares, 1.101 merendeiras, 1.106 professores e 1.112 diretores de escolas federais, estaduais e municipais, públicas e filantrópicas (inclusive quilombolas, indígenas e assentados). Esses dados vão permitir ao governo o aprimoramento do programa na promoção do direito à alimentação saudável.

Célia Colli
Editora Científica